

XXIX Encontro Anual da ANPOCS
25 a 29 de outubro de 2005

**Título do GT: Ruralidade na Sociedade Contemporânea: desafios
e perspectivas**

**Juventude rural: "*apenas uma palavra*" ou "*mais que uma
palavra*"**

Elisa Guaraná de Castro – Doutora
(PPGAS/MN/UFRJ), Prof. do
Departamento de Letras e Ciências
Sociais/ICHS/UfrRuralRJ.

Apresentação

Ao contrário do que alguns teóricos previram, o mundo rural não chegou ao fim. Presenciamos a reordenação de categorias construindo identidades e disputando espaço enquanto atores sociais. A “juventude rural” reaparece nos diferentes contextos rurais da atualidade como uma categoria chave para a própria reprodução social do campo e em especial da produção familiar. “Dragada” do meio rural para áreas urbanas, fascinada pelas facilidades da “vida moderna”, a “juventude rural” seria hoje uma categoria social que contribuiria para o “esvaziamento” do meio rural, o inchaço de cidades de pequeno e médio porte, e representaria uma sinalização em direção ao “fim” do mundo rural. Essa percepção que associa a categoria “jovem” a problema social é recorrente no Brasil, em programas governamentais, de ONGs e de outros agentes (como igrejas), e ainda no próprio campo acadêmico. Há, nesses contextos, uma certa naturalização do uso de termos como *jovem*, *juventude*, *jovem rural*, nos quais, nas diferentes inserções e enfoques, a categoria “jovem” aparece, muitas vezes, como auto-evidente. Ainda assim, as constatações dos problemas sociais relacionadas à “juventude rural” não parecem resultar em políticas públicas governamentais específicas, contribuindo para uma certa invisibilidade da categoria .

Contudo, pouco se aprofunda sobre “de quem se está falando”. Parafrasear Bourdieu (1983) e Margulis (1996) nos remete à necessidade premente de se investigar a construção da categoria. Este trabalho pretende abordar caminhos investigativos utilizados na Tese “*Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*” (PPGAS/MN/UFRJ, orientador Moacir Palmeira). Acompanhar as redes sociais em um assentamento rural da Baixada Fluminense desvelaram uma complexa construção da categoria onde as identidades estão permeadas pela forte circulação desses jovens em diferentes espaços percebidos como “urbanos” e “rurais”, assim como, por relações de autoridade e hierarquia, tanto na família, quanto nas esferas coletivas de organização assentamento. Nesse artigo apresentarei alguns elementos do debate sobre juventude e juventude rural que notaram a tese, e, ainda a análise do material etnográfico à luz do que pode ser classificado como o paradoxo “ficar ou sair” do assentamento. Esse processo contribuiu para se delinear caminhos para a discussão da categoria como marcada por

disputas de classificações, que têm nas realções de autoridade paterna uma característica recorrente.

A Experiência Etnográfica e a Construção do Olhar Sobre "Juventude Rural"

A chegada pela primeira vez ao assentamento *Mutirão Eldorado*, em 1998, foi marcante¹. Ao chegar à sede da Associação dos Pequenos Produtores do Mutirão Eldorado (APPME) fui recebida pelo Sr.Tadeu², presidente da associação. Nesta primeira conversa quis saber sobre as maiores dificuldades que o assentamento enfrentava³. E sua resposta foi:

*Nosso assentamento é velho. Os jovens não querem ficar no assentamento e nem querem trabalhar a terra*⁴.

Estranhei a colocação do Sr.Tadeu, pois em outras pesquisas em assentamentos sempre ouvi como resposta a esse tipo de indagação, questões ligadas a problemas infra-estruturais, de produção, de comercialização ou ainda o descaso do poder público. Com sua resposta os *jovens* apareciam ocupando um papel central nos problemas que podiam estar enfrentando na produção, e, ainda, como “pivôs” de uma possível descontinuidade do projeto coletivo que o assentamento representa. O suposto desinteresse dos *jovens* pela terra – compreendendo a dimensão do trabalho familiar no lote e o próprio assentamento como conquista da terra – foi apresentado como um problema crucial, e, portanto, mais valorizado que outros, dos quais só tomaria conhecimento ao longo do trabalho de campo.

Essa situação tornava-se mais dramática com a imagem de assentamento *velho* construída pelo informante. Considerando que o assentamento tinha menos de dez anos, a referência só podia estar mencionando a sua população que seria idosa, apesar de o próprio presidente parecer ter pouco mais de 40 anos. Assim, tínhamos uma contraposição entre “velhos” que não teriam mais condições de manter os lotes e o assentamento, e *jovens* que

¹ O *Mutirão Eldorado*, *Eldorado*, ou *Mutirão*, como os assentados se referem ao assentamento, está localizado na antiga Fazenda Casas Altas, no município de Seropédica na Baixada Fluminense/RJ próximo à fronteira com o município de Itaguaí. O assentamento tem como marco de surgimento 1991 – período em que foi formado um acampamento na área – e 1993, “ato de criação do PA Casas Altas” pelo INCRA.

² Os nomes dos informantes são fictícios, ou seja, de todos os assentados, mediadores e demais entrevistados. Já os demais nomes citados e localidades são originais.

³ O propósito da visita era o levantamento para o Projeto de Pesquisa “Observatório Regional: os impactos socioeconômicos e culturais do Porto de Sepetiba”, Coordenado por Gian Mario Giulliani e Elina G. da Fonte Pessanha (IFCS/UFRJ), 1998.

⁴ As palavras ou frases em itálico são reproduções de falas e termos usados pelos informantes.

não assumiam e rompiam com sua responsabilidade de manter o assentamento, e mesmo o próprio lote dos pais. Essa impressão foi reforçada no começo da investigação em conversas com outros informantes, como o Professor (UFRuralRJ) – coordenador de um projeto de horta orgânica para os jovens do assentamento – que afirmou ser necessário investir nos *jovens* para garantir a continuidade do assentamento. Uma de suas preocupações era o ingresso de alguns *jovens* no exército e conseqüente saída do Eldorado. Algumas pistas iam surgindo dessas primeiras conversas, sempre associando a percepção da descontinuidade do assentamento ao desinteresse dos *jovens* e sua atração pela *cidade*, tendência amplamente reforçada em pesquisas sobre juventude rural.

Ao retornar a Eldorado, dois anos após essa primeira experiência, o cenário havia mudado. Fui informada que Dália era a presidente da associação. Para minha surpresa, de acordo com minha percepção, era “jovem”. Solteira, 27 anos, Dália morava com os pais. Apresentamos a razão de nossa visita: a realização de um levantamento sócio-econômico do assentamento⁵. Quando entrevistamos o Sr.Tadeu, Dália, que participou do acampamento que formou Eldorado, ocupava o cargo de secretária na Diretoria da APPME. Agora havia sido eleita para a presidência da associação em um mandato *tampão*, para substituir o Sr.Tadeu, que havia sofrido um atentado e saído do assentamento. Mas, ao contrário da conversa com outros informantes, Dália não tocou no assunto *jovens* antes que eu colocasse a questão. Perguntada se havia muitos “jovens” no assentamento e se era comum se alistarem no exército, me respondeu que havia poucos e que dos que se alistaram apenas um tinha sido chamado para servir. Esse segundo momento trouxe elementos novos para a construção da questão a ser investigada. Afinal, se os *jovens* não participavam e estavam indo embora, o que explicava a presença de Dália na presidência da associação? Assim, por um lado tínhamos a presença de uma “jovem” em um papel

⁵ Ao longo do ano de 2001 e parte de 2002 foi realizada a aplicação de um questionário que visava levantar informações sobre as condições sócio-econômicas das 69 famílias. Este instrumento permitiu observar as famílias, as redes familiares e uniformizar informações sociológicas centrais para a construção de uma análise sobre essa realidade. O projeto foi coordenado por mim e pela prof. Caetana Damasceno (DLCS/UFRRJ), que, por sua vez, tinha como interesse as redes religiosas que se desenhavam a partir do assentamento. O trabalho de campo para a tese se estendeu de 2000-2003, acompanhou as redes sociais no assentamento e as que se estendiam para outras áreas rurais e urbanas na região, principalmente Morro das Pedrinhas, área rural de produção familiar contígua ao assentamento; Chaperó, loteamento urbano próximo, e o centro de Seropédica. Nestas localidades algumas famílias mantêm suas casas originais, ampliando a unidade doméstica que passa a compreender, também, o lote.

prestigiado no assentamento e, por outro, persistia a imagem de que os *jovens*, no caso rapazes de 18 anos, tinham outros interesses que não o assentamento e o lote.

Quando finalmente pude regressar, cinco meses depois, para “mergulhar” no trabalho de campo encontrei um terceiro cenário. A presidência da associação havia mudado novamente. Eder⁶ nos recebeu com muita expectativa quanto à realização do levantamento sócio-econômico, ressaltando a possibilidade de mostrar os problemas que estavam vivendo⁷. Dália estava morando com Esteves⁸ em seu lote. Logo tomou a iniciativa de falar sobre sua saída da diretoria da associação. Ela afirmou que o fato de ela ser mulher pesou para que as pessoas não confiassem no seu trabalho e deixassem de comparecer às reuniões. Como veremos, o caso Dália é revelador dos mecanismos de autoridade que reproduzem as hierarquias na região/outros contextos, onde “jovem” e principalmente “jovens mulheres” se encontram na posição menos valorizada.

Definir com clareza um “objeto” de investigação foi árduo e representou um intenso exercício de reflexividade. O “problema” ou a questão central foi resultado desse mergulho em Eldorado, assim como em outros cenários⁹, e no diálogo com o próprio campo acadêmico, onde a produção sobre o tema jovem/juventude cresce exponencialmente. Esse processo surpreendeu a própria pesquisadora, fazendo emergir um “objeto” extremamente instigante.

Jovem, juventude, juventude rural, jovem assentado, jovem rebelde, jovem revolucionário, jovem drogado: A categoria juventude como objeto de investigação

O debate sobre a categoria “juventude” torna-se central na medida em que as muitas concepções que se entrecruzam definem olhares e mesmo a atuação do poder público. Mas,

⁶ Eder participou juntamente com sua segunda esposa do acampamento na Fazenda Casas Altas.

⁷ Eder e outros assentados nos informaram que o assentamento estava atravessando uma grave crise na produção e que estavam sofrendo muito com a falta d’água. O assentamento não tem água encanada, na época não tinha poços artesanais e a maioria, se não todas as nascentes da área haviam secado. Havia um projeto em andamento há mais de dez anos para a construção de dois poços artesanais no assentamento. Uma série de entraves burocráticos atrasou o início das obras. Os poços foram finalmente construídos em 2003.

⁸ Esteves participou do período do acampamento e de mais de uma diretoria da associação. Tinha sido assentado com sua família. Posteriormente se separou e sua esposa e filhas saíram do assentamento.

⁹ Um evento privilegiado de observação para pensar o tema foi o *I Congresso Nacional da Juventude Rural*, que ocorreu em julho de 2000 em Brasília. Organizado pela Pastoral da Juventude Rural (PJR), contou com o apoio de entidades, partidos e movimentos. As entrevistas foram realizadas com participantes oriundos de assentamentos e acampamentos de SP, MS, TO, RS, DF, PR, que, em sua grande maioria eram filhos de acampados e assentados.

trata-se também de uma categoria que permite aprofundarmos o próprio fazer antropológico. Permeada de definições genéricas, associada a problemas e expectativas, a categoria tende a ser constantemente substantivada, adjetivada, sem que se busque a auto-percepção e formação de identidades daqueles que são definidos como “jovens”. O esforço desse trabalho pretende contribuir para a busca de caminhos e olhares que permitam que nos debruçemos sobre diversas formas de construção da identidade “juventude rural” e seus correlatos “jovem rural”, “jovem da roça”, “jovem do campo”. Um grande desafio é desubstancializar estas categorias e procurar compreendê-las em seus múltiplos significados. Neste sentido, o processo etnográfico tem muito a contribuir.

Embora o tema “jovem” e/ou “juventude” seja considerado marginal por diversos autores¹⁰, há uma extensa produção bibliográfica, principalmente associada a universos urbanos e, em alguns casos, se referindo a uma sociologia da juventude. Alguns textos remontam ao início do século, havendo uma certa regularidade de produção, sendo as décadas de 60, 80 e 90 momentos de pico (ver, Britto:1968; Flitner: 1968; Thévenot:1979; Bourdieu:1983; Margulis:1996; Levi e Schmitt L.:1996; Peralva e Sposito:1997; Foracchi:1997; Novaes: 1996,1998, dentre outros)¹¹. Mas no que concerne à chamada “juventude rural”, a produção é bem menor. Assim, pode-se falar em um certo campo temático sobre juventude¹². Há uma peculiaridade nesse campo de investigação, existe uma gama de recortes e abordagens – atravessada por um processo de transformação no próprio olhar sobre a categoria juventude. Três movimentos ou momentos (que eventualmente são sincrônicos) se desenham: a definição da categoria a partir de elementos físicos/psicológicos, como faixa etária, mudanças físico-biológicas e/ou comportamentais; a definição substancializada/adjetivada da categoria; e a crítica a esses recortes e busca de outros vieses. Atravessando essas abordagens aparece com frequência a percepção de

¹⁰ Helen Wulff (1995) demonstra como o tema é tratado como secundário, especialmente na antropologia. Helen aponta como trabalhos expressivos: Parsons, 1942 e 1964; Coleman, 1961; Stanley Cohen, 1972; Jack Young, 1974 (apud Wulff, 1995). Para a autora esses trabalhos têm em comum o foco na juventude como um processo de aprendizagem para a vida adulta. (op.cit.:3).

¹¹ Vale ressaltar que na década de 90/2000 há um investimento em pesquisas no Brasil por parte da UNESCO, com ênfase na questão da violência, educação e trabalho, ver Waiselfisz (1998, 2000), entre outros.

¹² Para um levantamento detalhado do campo temático, ver Peralva e Sposito:1997; Foracchi (1997); Wulff (1995).

“juventude” e “jovem” como associado à determinados problemas sociológicos ou como agentes privilegiados de transformação social.

Muitos trabalhos tratam juventude como categoria auto-evidente ou auto-explicativa, utilizando idade e/ou comportamento como definições metodológicas. Essa concepção de “juventude” é retomada nos anos 90, tanto no campo acadêmico quanto pelas políticas sociais. Em Flitner (1967) se observa que já nos primeiros estudos de Pestalozzi a “idade” aparece como uma forma de identificação privilegiada. “*Idade juvenil*” surgiu como uma definição recorrente e se referia a um período pós-adolescência, entre 15-17 anos e um limite que variava com a entrada no que seria definido como “*mundo adulto*”¹³. Para Weisheimer (2004) o recorte que define a categoria a partir de uma faixa etária específica é pautado pela definição de juventude como período de transição entre a adolescência e o mundo adulto. Essa concepção se estabelece como a mais recorrente a partir da *Conferência Internacional sobre Juventude* (Conferência de Grenoble-1964). Esta definição à partir da idade é amplamente discutida, como em Levi e Schmitt (1996). Para estes autores a idade como classificadora é transitória e só pode ser analisada em uma perspectiva histórica de longa duração¹⁴. Bourdieu, em “A Juventude é apenas uma palavra” (1983), relaciona idade biológica e idade social, afirmando que são indissociáveis. Para o autor, a idade é socialmente construída e varia em cada sociedade, nos diferentes momentos históricos e a partir de distinções de idade, gênero e classe.

Outra abordagem recorrente, que também parte da idade como uma construção social, são definições com base em conceitos de geração. Para Mannheim (1982; Foracchi,1972) duas gerações convivem em dado contexto histórico: “*juventude*”, caracterizada como um momento do ciclo-de-vida de todo indivíduo, em oposição à condição “*adulta*”. Já Bourdieu trata a noção de geração como construída relacionamente, por oposição, mais que por aproximação, e questiona os usos de termos como “*jovem*”, “*juventude*” e “*velho*” como dados a priori, a identificação ou auto-identificação é relacional, “*somos sempre o jovem ou o velho de alguém.*” (op.cit.:113).

¹³ O corte etário de 15-24 anos definido por organismos internacionais como OMS e UNESCO, procura homogeneizar o conceito de “juventude” a partir de limites mínimos de entrada no mundo do trabalho, reconhecidos internacionalmente, e limites máximos de término da escolarização formal básica (básico e médio).

¹⁴ Um caminho seria analisar os ritos de passagem que indicam a “entrada” e a “saída” da condição “jovem” e suas construções simbólicas.

A substantivação de termos como “jovem” e “juventude” pode levar a generalizações arriscadas. Em “*A Juventud es más que una palabra*”, Margulis (1996)¹⁵ – respondendo ao texto de Bourdieu citado acima – qualifica “juventude” como,

“La juventud se erige en vanguardia portadora de transformaciones, notorias o imperceptibles, en los códigos de la cultura, e incorpora con naturalidad los cambios en las costumbres y en las significaciones que fueran objeto de luchas en la generación anterior; su sensibilidad, sistema perceptivo, visión de las cosas, actitud hacia el mundo, sentido estético, concepción del tiempo, valores, velocidades y ritmos nos indican que está habitando con comodidad un mundo que nos va dejando atrás.” (1996:9)¹⁶

Esse olhar quase heróico da “juventude” perpassa muitos trabalhos sobre o tema, nos quais a “juventude” aparece como agente de transformações sociais e o “jovem” como o ator social privilegiado. Mas pouco se trata da construção nativa dessa categoria e os múltiplos significados que carrega. Mesmo quando se faz a crítica à substancialização ou à pré-definições etárias, em muitos casos, vemos ser reforçada a característica transformadora inerente ao “jovem”. Ou ainda, na inversão desse olhar que associa “jovem” à delinqüência, tais como os textos que utilizam termos como “*delinqüencia juvenil*” para retratar determinados indivíduos que teriam em comum a idade e uma forma de se comportarem.¹⁷ Por outro lado, definições como “*jovens em situação de risco*” são a base para alguns programas sociais que pretendem reintroduzir na sociedade esses “excluídos”¹⁸. Estas duas

¹⁵ A coletânea *A Juventud es más que una palabra*, org. por Margulis reúne textos de diversos autores sobre “juventude urbana”. Em seu artigo “*Moda y Juventud*”, analisa o que chama “*tribus juveniles*” a partir da moda e do consumo.

¹⁶ “A Juventude se ergue como vanguarda portadora de transformações, evidentes ou imperceptíveis nos códigos culturais, e incorpora com naturalidade as mudanças nos costumes e nos significados que foram objetos de luta para a geração anterior; sua sensibilidade, sistema perceptivo, visão das coisas, atitude frente ao mundo, sentido estético, concepção do tempo, valores, velocidades e ritmos, nos indicam que estão habitando com comodidade um mundo que nos vai deixando para traz.” (T.A.)

¹⁷ A preocupação com a delinqüência gerou diferentes abordagens. A associação entre “jovem” e delinqüência foi muito recorrente em pesquisas nas áreas de psicologia e sociologia realizadas na Alemanha, ver Flitner: 1963. Nos EUA a Escola de Chicago privilegiava temas como delinqüência e criminalidade, onde o “jovem” aparece como um personagem em destaque, ver Coulon (1995). No Brasil a UNESCO vem realizando pesquisas, desde a década de 90, que analisam a *juventude* a partir de enfoques que privilegiam questões como “*violência*”, “*cidadania*” e “*educação*”. Fazem parte deste esforço trabalhos como o de Castro, M. (coord.) (2001).

¹⁸ O PLANFOR (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador) foi um exemplo de programa nacional. Elaborado pelo Ministério do Trabalho e desenvolvido pelas secretarias estaduais através dos PEQs (Programas de Qualificação do Trabalhador). Nas diretrizes básicas do Plano (Resoluções CODEFAT no 258 – PLANFOR 2000-2001) “A população alvo do PLANFOR prioritária para fins de aplicação dos recursos do FAT, compreende os seguintes segmentos da PEA urbana ou rural : I – pessoas desocupadas, principalmente as beneficiárias do seguro-desemprego e candidatos a primeiro emprego [...] III- pequenos e microprodutores,

perspectivas apontam “jovem” como dotado de características que definem determinados indivíduos a priori.

Apesar de bem menos expressivo, também “juventude rural”, ou “juventude camponesa”, é objeto de investigações passadas e recentes (ver Flitner, 1968:57). A partir da década de 90, há um aumento significativo do número de trabalhos (além de ONG’s, *sites* da internet, etc.), especialmente sobre o chamado Terceiro Mundo (ou os Países do Sul), que abordam “*jovem camponês*” ou “*juventude rural*” (Carneiro:1998; Abramovay:1998; Torrens: 2000; Jentsch e Burnett: 2000; Majerová: 2000; Stropasolas:2004). Relacionando-os menos ao papel de “*vanguarda*” como nos trabalhos sobre “*jovens urbanos*”, os esforços se voltam para analisar “*jovens rurais*” associados ao problema da migração rural/urbano, e da herança e sucessão da pequena propriedade familiar¹⁹.

Assim, ao se analisar as percepções sobre “juventude rural”, se observa similitudes com as abordagens sobre “juventude”, ou “juventude urbana”. Nesse caso, a “juventude” deveria ser impedida de completar seu destino: a migração do campo para a cidade e o conseqüente fim do mundo rural, em especial do trabalho familiar. Ao invés, a “juventude” pode ser o agente de uma transformação social que resgate o campo²⁰. Com base nesta percepção existem alguns programas sociais que visam “*manter o jovem no campo*” e “*empoderá-los*” de capacidade de liderança²¹. Sem minimizarmos a importância de

agricultores familiares e também pessoas beneficiárias de alternativas de crédito financiadas pelo FAT (PROGER, PRONAF e outros) [...]” Com base nestas diretrizes definiu dentro do I segmento a categoria “Jovem em situação de risco” (até 2000) e “jovem em busca do primeiro emprego” (a partir de 2001) e no III segmento – “assentamentos e comunidades rurais”. O termo também foi amplamente utilizado nos projetos da Comunidade Solidária (projeto governamental coordenado por Ruth Cardoso, durante o governo Fernando Henrique Cardoso).

¹⁹ Nilson Wiesheimer (2004), com apoio do NEAD/MDA, realizou um levantamento temático acerca da produção acadêmica brasileira sobre “*jovem no meio rural*”, no período de 1990 a 2004. Cinquenta trabalhos foram relacionados, o autor conclui que a “migração e a invisibilidade” da juventude rural são os dois fatores mais marcantes nos estudos. O levantamento reforçou, ainda, a pouca produção acadêmica, sobre o tema no Brasil: menos de quatro trabalhos por ano, no período analisado, sendo que 86% dos trabalhos se concentraram entre 2001 e 2004. Wiesheimer ressalta que esse súbito aumento de produção poderia apontar a consolidação de um campo.

²⁰ Em outros contextos observou-se programas onde a categoria *jovem* aparece como ator privilegiado para a transformação do meio rural. Este foi o caso do programa chinês “Shang-shau hsia-tisiang”(Subindo as montanhas e descendo para as vilas), que promoveu a transferência de 13,2 milhões de jovens de áreas urbanas para áreas rurais entre 1956-1975 (10% da população urbana da China à época). (ver, Bernstein, 1977).

²¹ Diversos trabalhos tratam da importância de políticas públicas voltadas para o jovem rural, para potencializar sua atuação no desenvolvimento rural, ver Becerra (S/D) e Durston (1998). No Brasil dois

programas específicos para a “juventude rural”, é importante que estes esforços considerem que a mudança dessa realidade vai muito além dos esforços individuais, demanda ações coletivas e mudanças mais profundas na realidade²². Neste sentido, Stropasolas (2002) está preocupado em debater a categoria também como ator político, em diálogo com as desigualdades sociais no campo.

Dessa forma, a categoria “juventude” aparece associada a determinados substantivos e adjetivos, tais como: “*vanguarda*”, “*transformadora*”, “*questionadora*” (Margulis,1996:9-11). Esta adjetivação subentende papéis sociais privilegiados para os indivíduos identificados como “jovem” e “juventude”, principalmente como agente de transformação social. Mas, “jovem” também é adjetivado como “*em formação*”, “*inexperiente*”, “*sensível*” (Foracchi,1972:161), ou ainda associado à delinquência, violência, “*comportamento desviante*”. Ou seja, um agente que precisa ser formado, direcionado para assumir seu “papel social” e que neste percurso pode se desviar, portanto, precisa ser “*controlado*” (Bernstein:1977).

Estes adjetivos e estas percepções, aparentemente contraditórios, se aproximam, pois partem da visão do “jovem” como um ator social detentor de certas características e atributos. Embora se discuta se o recorte desse objeto deva ser etário, geracional, comportamental e/ou a partir de algum contexto histórico, o ponto de partida, em muitos casos, é uma categoria genérica ou, como define Bourdieu (1989:28), uma categoria “*pré-contruída*”. Parte-se de formulações que pressupõem um consenso sobre a existência de um “jovem” e de uma “juventude”. Esta perspectiva homogeneiza a categoria na busca de construção de um objeto, de um conceito que possa ser paradigma. Talvez, por isso, a pouca precisão que alterna, nos mesmos textos, termos como: “*jovem*”, “*juvenil*”, “*juventude*”, “*adolescente*”, etc. Wulff (1995) aponta como a percepção sobre juventude como um momento de transição para o mundo adulto, logo sendo incapaz de produzir uma

programas foram lançados em 2004: o “PRONAF Jovem” (linha de crédito) e “Minha primeira terra” (financiamento para compra da terra). Nas palavras do Ministro do Desenvolvimento Agrário, os programas vem ao encontro dos anseios de parte da juventude, “a juventude rural tem manifestado a disposição de permanecer trabalhando no campo. (Notícias/MDA, website, <http://www.mda.gov.br/>)

²² No caso do campo brasileiro e mais especificamente no universo dos assentamentos, ver, Castro (1995;1998); Guanzioli (1994); Medeiros, et al. (1994); Palmeira e Leite (1998), entre outros.

“cultura” própria, limita “juventude” enquanto objeto de análise. “Juventude” é pouco “levado a sério”, tratando-se “jovens” como “adultos em potencial”²³.

O passeio pelo campo temático reforçou a necessidade de se buscar novos caminhos para desubstancializar a categoria. E cabe perguntar o que os “*jovens-estudantes*” pesquisados por Foracchi, por exemplo, têm em comum com as “*tribus juveniles*” de Margulis (*op.cit.*:137) ou com os “*juventude japonesa*” de Stoetzel (1968)? Talvez, apenas o fato de um certo campo de conhecimento definir que todos são *jovens*. Ou ainda, a apropriação de um senso comum reproduzido em nosso cotidiano, que nos sugere quem é *jovem* e quem não o é. No entanto, essa também pode ser uma conclusão apressada. No decorrer do processo investigativo, mesmo essa marca do campo temático se mostrou passível de problematização.

Juventude: “só uma palavra” ou “mais que uma palavra”?

Olhar mais de perto diferentes “realidades”, a exemplo do *I Congresso Nacional de Juventude Rural*, permitiu perceber a complexidade de se analisar os muitos significados do “ser jovem” e “estranhar” o senso comum. Apesar de o tema ser instigante, como não cair na tentação de tratar “jovem”, “juventude”, de forma substancializada, carregado de características “inerentes”?

No assentamento não foi diferente. O uso do termo também aponta em um sentido genérico e naturalizado, como em *os jovens não querem nada....* Aparece, ainda, associado à problemas como em *os jovens estão indo embora* e/ou à expectativas quanto à participação em instâncias de representação formais, como na associação de produtores, e ainda, na reprodução dos lotes. Neste sentido, se empreendeu o esforço de observar de quem se estava falando quando esses termos eram usados, quais os significados e as interações que davam conteúdo a essa categoria. Pensar “jovem” em determinada realidade implicou propor como caminho investigativo uma análise que se debruça sobre a disputa das representações sociais, como em Bourdieu (1977,1989), da categoria “jovem”, neste universo onde, também se disputa “dentro” e “fora” os significados de *ser da roça*. As diferentes construções do que é *ser jovem*, para esses indivíduos, variam nos espaços por

²³ Para a autora (1995:5) essa percepção de transitoriedade afeta os financiamentos de pesquisa, que tendem a apoiar, preferencialmente, estudos sobre juventude que tratem de problemas relacionados à educação e à migração, que seriam preocupações percebidas pelos “adultos”.

onde transitam, e de acordo com as posições sociais que ocupam. Como veremos, *ser jovem* carrega a marca da pouca confiabilidade na hierarquia das relações familiares, ainda que assuma posição de destaque nos discursos sobre a continuidade do assentamento. Os que assim se identificam “lutam” para que prevaleçam outras representações, acionando significados e leituras distintas sobre as relações entre *adultos e jovens*, no assentamento. A relação pais e filhos, expõe a autoridade paterna como constitutiva da imagem “dominante” do *jovem*, não só no *Mutirão*, como em outros espaços observados. Para essa “disputa” os espaços onde os *jovens* atuam enquanto coletivos organizados, no caso espaços religiosos, contribuem para a construção dessas representações que se opõem às representações dos *adultos*.

De fato, o debate sobre a categoria traz o desafio de se aproximar as duas formulações: “*A juventude é apenas uma palavra*”, e ainda, “*A juventude é mais que uma palavra*”. Diversos autores demonstram - e espero que também o faça o trabalho etnográfico - a necessidade do esforço analítico para se fugir dos caminhos “fáceis” da substancialização e das pré-definições, e se embarcar em uma “*aventura antropológica*”, como condição para se aprofundar a compreensão de processos de construção da categoria. Diversas matrizes apontam a categoria como socialmente construída, permeada por diferentes interesses, realidades e assim, multifacetada. Mas, ao mesmo tempo, a reflexão sobre as propostas e projetos de políticas públicas e as diversas formas de auto-expressão e auto-organização reforçam e sustentam uma categoria que se constrói e se reconstrói enquanto ator social.

Morar no assentamento onde as relações são mais próximas, e frequentar outros espaços, considerados “urbanos” ou “rurais”, implica constantes negociações quanto a percepções sobre essas diferentes realidades. Embora não utilizem o termo “jovem rural”, os que se autodenominam *jovem* constroem sua identidade em diálogo com imagens de um universo rural e espaços “urbanos”, em um “bricolage” que configura auto-percepções sempre em movimento, através de um diálogo marcado pelo tempo e no espaço²⁴.

²⁴ A reflexão de Clyde Mitchell (1966) para analisar as cidades africanas indica bons caminhos para repensar aqueles que são denominados espaços rurais, interligados, não como part-cultures, mas vividos e construídos a partir de processos históricos, campos e redes sociais. Para Raymond Williams (1990) “cidade” e “campo” são termos poderosos, carregados de múltiplos significados e percebidos relacionalmente.

Nas primeiras visitas e em função das “queixas” sobre a *saída dos jovens*, eu imaginava que encontraria poucos que fossem assim identificados e/ou se auto-identificasse como tal, e, inicialmente, essa imagem parecia se confirmar. Mas, ao contrário do discurso da não atuação no lote, os que estavam no assentamento apareciam cuidando da plantação (rapazes) ou atuando em tarefas domésticas para a família (moças). A aproximação se deu pouco tempo depois, através de conversas informais quando tomei conhecimento, de que muitos não estavam presentes de dia no assentamento porque estavam no trabalho, na escola, na igreja, ou em outros espaços dos núcleos urbanos freqüentados pelos *jovens*. Assim, já nas minhas primeiras incursões, a fala do Sr. Tadeu, que seria constantemente reforçada por outros informantes do próprio assentamento, causou estranheza na medida em que o contato visual e as informações colhidas ressaltavam a presença de moças e rapazes nos lotes. Por outro lado, a circulação constante por espaços urbanos poderia indicar que a atração pela cidade, tendo como conseqüência a saída do lote e do assentamento, de fato se constituía como uma tendência.

Ao começarmos a aplicar os questionários, entramos em contato com outros informantes – os *meeiros* e assentados que entraram após a formalização do assentamento. Os *meeiros* se auto-denominam assim, por terem trabalhado, até o período da formação do acampamento, em regime de meação para arrendatários que exploravam economicamente parte da Fazenda Casas Altas²⁵. Esses produtores já estavam na fazenda antes da formação do acampamento e se consideram do local, em oposição aos que vieram *de fora*. No entanto, são os *de fora* que passam a ser identificados com o processo de *luta pela terra*. Os dois “grupos” serão tratados, a partir desse momento, por rede dos *meeiros* e rede dos acampados. Os que são constantemente classificados como *jovens* fazem parte desse segundo grupo. Essa constatação indicou um caminho importante a seguir: resgatar o processo de formação do assentamento e a participação dos *jovens*.

A identificação, por parte dos que são da rede dos acampados e de outros informantes que atuaram em Eldorado, de quem é *jovem* remete ao período do acampamento na Fazenda Casas Altas e início da formação do assentamento. Esse seria o momento da legitimação de um grupo específico de assentados e de “seus jovens”. A

²⁵ A Fazenda Casas Altas foi ocupada por *grileiros* e era alvo de uma disputa judicial entre estes e a família que detinha o seu domínio útil, quando foi desapropriada pelo Incra para fins de reforma agrária (Decreto Presidencial de março de 1990).

categoria *jovem*, neste caso, estaria associada à atuação na *luta*. Muitas reclamações sobre a *saída dos jovens* referem-se especificamente a esses *jovens*. Acompanhando esse “grupo”, observei que de fato muitos moram fora do assentamento, mas algumas redes formadas por eles permanecem e incorporaram outros *jovens*. Também novas redes foram formadas. A categoria “jovem” é acionada em outros contextos. Os que são identificados como *jovem* e mesmo alguns que não são assim classificados²⁶, também usam o termo para se auto-definirem e atuam em outros espaços fora do assentamento e demais áreas rurais estudadas, como nos grupos de jovens das igrejas (católicas e evangélicas). Assim, aos poucos, fui sendo surpreendida pela presença de um número grande de “jovens” em Eldorado (71 moram no assentamento, representando 55% da população entre 12-32 anos)²⁷.

Definir com clareza um “objeto” de investigação foi árduo e representou um intenso exercício de reflexividade. Não se trata de desvelarmos “a juventude” ou ainda o/a “jovem”. E, sim, de atingirmos, com essa incursão investigativa, dois objetivos: contribuir com a busca de meios para se analisar a categoria e suas múltiplas construções. Mas, também, tratar de seres humanos com face, anseios, desejos, medos, felicidades e infortúnios, que vivem a experiência da vida como “jovens”, seja como auto-identificação, seja como identidade atribuída.

As percepções sobre a categoria jovem a partir da família

As “queixas”

Ao longo do processo de trabalho de campo fui bem recebida pelas famílias em locais públicos e em suas casas. Isso me permitiu um convívio muito intenso com o cotidiano das relações familiares e de vizinhança. Uma primeira questão chamou a atenção desde o início da investigação e perpassou todo o trabalho de campo: as diferentes “queixas” sobre os *jovens*, tanto formuladas pelos *adultos*, quanto por aqueles que se autodenominam “jovens”. Ao expressarem preocupações gerais com os “jovens”, surgiam

²⁶ Esse é o caso indivíduos que embora em posição aparentemente similar, que não são assim identificados pelos informantes da APPME e mesmo por alguns mediadores, quando estes identificaram nominalmente quem são os *jovens*.

²⁷ Optei por analisar todos os identificados como *jovens* e incluí aqueles que tinham um perfil semelhante, assim como as redes nas quais estavam inseridos, buscando compreender até onde essas redes sociais construíam e/ou reforçavam a categoria jovem. Com esse recorte cheguei a uma listagem de 127 “jovens”, com idades entre 12 e 32 anos. O corte etário foi construído a partir da classificação/auto-classificação e da composição das redes.

falas como a de Sr. Eduardo (assentado), pai de três filhos, que ao se referir aos “*jovens*” do assentamento afirmou²⁸,

“*Os jovens têm medo! Falta descaramento, disposição! Não os meus que eu ensinei. Mas a culpa é dos pais que não ensinam, não têm atitude.*”

A distinção entre *os jovens* em um sentido genérico e *os meus*, seus filhos, sobrinhos, netos, afilhados, aponta para uma categoria que varia de conteúdo de acordo com o contexto narrativo. Algumas “contradições” complexificavam o discurso. Como vimos acima, o entrevistado usou a categoria *jovem* para caracterizar determinado tipo de indivíduo, mas também utilizou para diferenciar os *meus* jovens/filhos dos demais. Nesse caso, para diferenciar não só os “seus” *jovens*, mas também para diferenciar a sua capacidade de incidir sobre a educação dos “seus” filhos da capacidade dos outros pais no assentamento. Ou seja, “ser jovem” implica em uma formação em casa, que constrói um “jovem de atitude”.

Em outros casos a referência aos “seus” é também de “queixa”. Uma das mais recorrentes está calcada na cobrança quanto à necessidade da participação na *roça*. Em alguns casos adotaram um tom acusatório, muitas vezes jocoso, que associa o *jovem* a desinteresse, *preguiça*, que associa *adultos* ao o universo do *trabalho*, representado pelo *trabalho na roça*, e os *jovens* ao “não trabalho”, agravado pela *saída* definitiva da área. Entretanto, ao se referirem a casos específicos de suas famílias, filhos, sobrinhos, netos, enteados, muitas vezes os mesmos entrevistados expressaram o desejo de um futuro *melhor* para os “seus”, diferente da *roça*. Nos argumentos, duas inserções são valorizadas: a escola e o trabalho urbano (com carteira assinada, ou pequeno negócio). A categoria *jovem* é construída a partir de diferentes registros. Neste sentido, tanto as relações com o assentamento, ou com as outras áreas rurais do entorno, e o próprio sentido do “sair” e “ficar”, precisam ser compreendidas também a partir das relações internas à família, além de em outros espaços “dentro” e “fora” do assentamento.

A circulação dos filhos entre as áreas rurais e urbanas têm início na continuação dos estudos (a partir da 5^a série do Ensino Fundamental) na medida em que as escolas nestas localidades só oferecem o ensino de 1^a à 4^a séries, e em um segundo momento, na busca de

²⁸ O termo foi utilizado pelo entrevistado durante a aplicação do questionário, ao falar sobre os problemas e o futuro do assentamento.

um trabalho remunerado. Essa circulação amplia a relação com as redes de parentesco e constroem novas redes sociais. No primeiro caso, os “jovens” tendem a circular freqüentando a casa de parentes, o que é uma das formas de controle dos pais sobre as atividades dos filhos em universos urbanos. Mas foi possível perceber outras redes que se ampliam, como as redes religiosas que muitas vezes são um processo de socialização construída pela família, apropriada pelos “jovens” como o Grupo de Jovens das igrejas evangélicas e a Pastoral da Crisma (católica). Há ainda a formação de novas redes de sociabilidade a partir da escola. Essa dualidade observada no discurso dos *adultos*, mas também dos próprios *jovens*, e que tratarei daqui para frente como ao paradoxo “ficar e sair”, está no cerne da compreensão do que é *ser jovem* neste universo rural, permeado pelo universo urbano, no sentido da sua construção como categoria de pensamento em, disputa, e as relações forjadas a partir dessas construções²⁹, como trataremos à seguir.

O trabalho na roça e as relações de hierarquia na família

A maioria dos moradores têm um passado de trabalho familiar na *roça*. A valorização da conquista da terra faz parte do discurso tanto dos que têm uma trajetória de deslocamentos entre áreas rurais, como muitos dos *meeiros* e algumas famílias da rede dos acampados, mas, também, daqueles para quem Eldorado representou a primeira experiência em um meio rural, situação que só foi encontrada na rede dos acampados.

Ter a terra justifica o esforço, ainda que as condições de trabalho e renda da produção sejam consideradas difíceis. Em alguns momentos., ao listarem os problemas, falta d’água pra produção, dificuldade de transporte das mercadorias, preço praticado pelos atravessadores, pragas, falta de assistência técnica, os discursos enfatizam a vontade de *vender isso aqui e ir embora*. Nessa construção, é comum se expressar o desejo de que os filhos tenham um futuro melhor. Mas na maioria dos casos, na mesma conversa, ocorria a inversão e se resgatava a *luta* que foi pra *ter isso aqui*. Essa reordenação do discurso vinha acompanhada da preocupação do desinteresse dos filhos e de terem que enfrentar sozinhos. Acionar na mesma narrativa a conquista da terra como patrimônio e como libertação do trabalho para, ou na, terra de terceiros, expressada em falas como, *ter o que é meu e não trabalhar pros outros*, e ainda simbolicamente quando associado à *luta da conquista* de um

²⁹ John Comerford (2003) trata da relação entre “linguagem, discurso e organização social”.

lado; e por outro, as difíceis condições da vida cotidianas, enfrentadas para manter o patrimônio e conseguir viver da produção, manifestada em falas como *isso aqui é uma luta*, é chave para a compreensão das diferentes percepções sobre os “jovens”. Esse paradoxo pode explicar o porque do uso de um forma genérica da categoria, associada à continuidade do projeto luta pela terra, e de outro uso a partir das relações familiares, que enfatiza as dificuldades cotidianas, vividas desde a entrada na terra.

O fato de serem trabalhadores, que em sua maioria não tinham acesso à terra, pode ter gerado expectativas de mudança de condições de vida a partir da conquista da terra que não ocorreram. Ter a terra representa a mudança na relação de trabalho de não trabalharem mais para os outros, manifestada através das muitas falas que colocaram essa como a principal mudança esperada no processo. Mas há uma percepção que podemos tratar como “sentimento de continuidade”. Embora afirmem viver melhor, por terem a terra própria, o trabalho que envolve produzir no lote/sítio é intenso e o retorno em renda percebido como aquém do esperado. Somam-se a isso a frustração de não terem acesso a serviços básicos.

Mesmo assim chama a atenção a intensa participação dos membros da família no trabalho nos lotes – mesmo os de origem urbana. A grande novidade é a atuação de filhos, sobrinhos, netos, oriundos de áreas urbanas, na produção. Sem terem qualquer experiência com o trabalho na lavoura, afirmam que houve forte interesse em *aprender* e trabalhar na *terra*, e valorizam em suas narrativas a *vida no campo*, associada à *liberdade, ar puro, natureza, calma*. A “queixa” quanto a não participação dos *jovens* no trabalho na *roça* distoa da presença daqueles envolvidos com a produção familiar. Percebe-se em comum nas áreas estudadas, a diferença de atitude dos filhos homens e mulheres com o lote. Mas há também diferenças e nuances importantes na relação com o lote/sítio entre as áreas analisadas, principalmente entre os filhos dos *meeiros* que não moram no assentamento, de um lado, e, os que moram em Eldorado de outro.

Como veremos, a “saída” dos “jovens” do assentamento e das demais áreas rurais da região nem sempre é definitiva e em muitos casos se mantêm formas de continuidade. Ainda assim, é forte a rejeição pelo trabalho na *roça* entre as filhas e entre alguns filhos.

Titulação e transmissão patrimonial em Eldorado

O debate sobre herança e transmissão patrimonial do campesinato é amplo³⁰, no entanto, ainda não foi plenamente estendido aos estudos sobre assentamentos rurais (do PNRA) no Brasil. Nos assentamentos a questão da herança assume características peculiares. Em primeiro lugar a relação com a propriedade, ainda em processo de transição, torna o lote uma concessão e não uma propriedade de fato. Esta concessão, enquanto não for avaliado que o assentamento pode tornar-se autônomo, deve seguir regras pré-definidas pelos órgãos governamentais responsáveis (Incrá, ITESP, etc.).

A forma de exploração, assim como as estratégias adotadas pelas famílias para a reprodução, do lote são intermediadas por definições do que “pode”, “deve”, ser o uso da terra. A família assentada não tem autonomia plena para determinar suas estratégias de reprodução. Por se tratar de um espaço social coletivo, no sentido de ter sido constituído enquanto um coletivo de núcleos familiares, algumas decisões dependem também das relações internas ao assentamento. Por outro lado, a “terra” carrega a *luta* que muitas vezes envolveu a sua *conquista*. Portanto, a passagem da “propriedade”, implica na pergunta: o que está sendo repassado de uma geração para outra?

Essa pergunta é crucial para se compreender um fenômeno encontrado no assentamento. De um modo geral o lote como herança não foi tema das entrevistas, que não quando abordado pela pesquisadora. Múltiplas formas de relação com a terra foram desenhadas, a partir da observação nas áreas, mas especialmente em Eldorado, onde apesar do discurso da “saída dos filhos” detectamos o que pode ser chamado de “preparação de futuros sucessores” e ainda a transferência de gerenciamento do lote com os pais ainda vivos. Curiosamente, apesar das “queixas” de que os *jovens* estão indo embora, não há, com raras exceções, a reclamação da falta de herdeiros, nem mesmo da falta de um possível sucessor para os lotes em Eldorado. Ao contrário, apesar de manifestações distintas sobre “ficar” e “sair” do lote, a maioria afirmou pretender assumir o lote, ou apontou um irmão como provável sucessor. Em comum o fato de os prováveis sucessores serem homens e

³⁰ Diversos estudos abordam ou contribuem para se aprofundar a problemática da herança e da sucessão patrimonial, e questões correlatas, tais como a “migração dos jovens para a cidade”, problemas de hierarquia enfrentados no interior da família, as diferenças de gênero. Um tema importante é a análise das mudanças, denominadas por Bourdieu (1962) como fatores de “bauleverement” do sistema, ver ainda Aresnberg e Kimball (1968); Carneiro (1998); Abramovay (1998); Champagne (1979), entre outros.

serem indicados como os mais “aptos” ou por *gostarem* da *roça*. No entanto, isso não significa uma maior participação dos filhos nas decisões no lote. Mesmo os que atuam são subordinados à organização do trabalho empreendida pelos pais e ao gerenciamento do lote pelo pai. Para as filhas essa subordinação é ainda maior, onde há pouca cobrança quanto a sua participação na produção. Essa relação foi descrita através de falas como *ele* (pai) *não houve ninguém*.

Pode-se perguntar, que outros fatores estão em jogo nas escolhas das futuras inserções dos filhos? Até que ponto os interesses individuais, negociações e ações mais drásticas são fruto do “modelo” ou são formas de atuar nos seus limites. Por exemplo, quando determinadas atitudes significam rupturas definitivas ou temporárias, por parte dos filhos, em busca de alternativas diferentes das propostas pelos pais. Em Eldorado o paradoxo “ficar e sair” é marcado pelo discurso que identifica como problema a “saída dos jovens”, e ao mesmo tempo revela estratégias familiares de manutenção do lote, que envolvem formas de “sair”. De um lado acionam críticas à falta de responsabilidade do *jovem* com o trabalho e com a terra da família, e de outro desejam um *futuro melhor* para *seus filhos*. O paradoxo “sair e ficar” tem que ser analisado a partir de outros recortes, como a circulação dos “jovens” em função da escola e do trabalho, como veremos à seguir.

“Ficar” ou “sair”, um dilema?: as múltiplas inserções do “jovem”

O paradoxo “ficar e sair” é marcado não só pela cobrança da atuação no lote e pela continuidade do trabalho familiar, como também pela forte valorização da formação escolar e mesmo do trabalho remunerado fora do lote, principalmente com salário fixo, o que, via de regra implica uma ocupação urbana. Mas, há uma grande diferença entre a realidade concreta enfrentada por esses “jovens” e seus sonhos e expectativas a partir do estudo, quanto ao futuro profissional. Esses “desejos” e as inserções concretas no mundo do trabalho são percebidos de maneira diferenciada por *jovens* e *adultos*, no que tange a relação com o lote e com o assentamento.

Escola, trabalho externo e o futuro

No Mutirão Eldorado não existem escolas, essa foi uma reivindicação junto ao Incri na época do acampamento. Há duas escolas públicas municipais de 1^a a 4^a séries do Ensino Fundamental, em áreas próximas ao assentamento. Não há supletivos nessas escolas, o que

significa que não atende “jovens” que tenham parado de estudar e queiram reingressar, ou que estejam atrasados por motivo de repetência e não queiram estudar com as crianças. Parte dos “jovens” do assentamento correspondem a esse perfil. O deslocamento das *crianças* é feito a pé ou de bicicleta, percorrendo um trajeto de aproximadamente 1 km, o que envolve uma caminhada íngreme morro acima. Escolas municipais estadualizadas e escolas estaduais de 5^a a 8^a séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio só existem nos centros urbanos mais próximos.

O deslocamento implica longas caminhadas ou no uso de bicicletas, já que não existem ônibus circulando no assentamento. A escola mais freqüentada fica há 6 km, boa parte do percurso é por uma estrada de terra exige além do esforço físico, enfrentar o grande volume de caminhões que circulam em função das duas pedreiras localizadas nas imediações do assentamento. Além do risco de atropelamento, os estudantes ainda convivem com a poeira e chegam às escolas, *muito sujos*. Depois do cansaço, essa é uma das maiores reclamações. Ao chegarem cobertos de poeira nas escolas afirmam que sofrem *preconceito* de colegas e professores que lhes rende a classificação de *morar mal*, ou, *chegou os poeira*, estigma que marca quem morar no meio rural na região. A falta de transporte praticamente inviabiliza a freqüência à escola no horário noturno no Centro de Seropédica, na medida em que o percurso não tem policiamento nem iluminação³¹.

Apesar das dificuldades de acesso, a freqüência à escola é prioridade no discurso das famílias assentadas e nas demais áreas pesquisadas. Entre os *adultos* é comum a comparação entre a importância que hoje as famílias dão à escola, com o passado, quando o ensino não era valorizado no campo, principalmente para as mulheres. Essa constatação é sempre seguida da autodefinição de *não ter estudo* ou da afirmação de *não saber ler*. Um número significativo de entrevistados mais velhos (acima de 50 anos), afirmou não saber ler, ou só saber assinar o nome. De acordo com o levantamento sócio-econômico, 16,5% responderam que nunca freqüentaram a escola e 40,7% têm até a 4^a série. Mais que a porcentagem, é forte a ênfase dada ao fato de *não ter estudo* e a associação entre formação escolar e um futuro melhor; assim como, entre *não ter estudo* e *não ser ninguém*.

Nos discursos dos *adultos*, o estudo é associado a percepções que representam mobilidade social, onde a sua própria condição de trabalhador do meio rural aparece em

³¹ Em 2003 foi implantado, após reivindicação de assentados, um transporte para os alunos do turno diurno.

posição de inferioridade. Isto é, aciona-se imagens e construções do “homem do campo” associado à “atraso”, falta de opção, falta de escolha, opção para quem não é inteligente. A partir da definição classe object em Bourdieu (1977), pode-se afirmar que essa seria a reprodução de uma construção dominante no universo urbano.

O discurso que valoriza o ensino vai ao encontro do intenso esforço da família para garantir que os filhos estudem. As famílias lançam mão de diversas estratégias para enfrentar o risco desse trajeto, tais como: levar e buscar os filhos mais novos; garantir que andem em grupo; acionar parentes e amigos que moram em Seropédica, para que os filhos que vão de bicicleta possam tomar banho antes de ir para a aula, e assim minimizar os constrangimentos que enfrentam; diminuir a participação no trabalho familiar, seja pelo cansaço, seja para que não se sintam impelidos a estudar à noite, o que é percebido pelos pais como muito arriscado.

Outra inserção valorizada é o trabalho externo ao lote e ao assentamento que é marcada por diferenças entre homens e mulheres. A maioria dos filhos homens que atuam nos lotes trabalham fora, regularmente ou de forma eventual “biscate”, “diária”, dentro do assentamento ou em trabalhos urbanos. Em Eldorado, o uso da mão-de-obra externa ao lote muitas vezes representa uma circulação de assentados, e em especial de “jovens”/homens, trabalhando em regime de diária. Nessa condição realizam serviços tais como capina, limpeza de terreno, conserto de cercas, colocação de moirões, etc. Essa circulação pode se estender a outras áreas rurais próximas. Nas entrevistas, a renda do trabalho aparece como central para a autonomia frente à família, e principalmente à autoridade paterna. Mas para alguns, esse trabalho tem como principal objetivo a manutenção do lote, já para outros o trabalho é o começo do processo de “saída” do assentamento. Para outros, ainda, há uma combinação de interesses pessoais e da família, isto é, a necessidade de atender seu consumo individual e de *ajudar*.

Se freqüentar a escola não representa, necessariamente, um impedimento para a atuação no trabalho familiar, o trabalho externo, muitas vezes, marca uma ruptura temporária ou definitiva. Trabalhar na construção civil é a principal ocupação desses “jovens”/homens, seja em pequenas obras, de maneira informal, ou para firmas com carteira assinada. O contato com esse tipo de ocupação tem uma relação direta com o que foi apontado por muitos assentados/homens (pais, tios, avós), como a prática de atividades

remuneradas que complementam a renda da família, paralelas ao trabalho no lote³². Os filhos começam ajudando os pais na construção da própria casa no lote, ou trabalhando em obras de parentes e se inserem de forma mais definitiva nesse tipo de ocupação. Nesse contexto vemos as redes familiares atuando, com forte influência sobre os processos de socialização dos “jovens” na esfera do trabalho urbano. As filhas seguem outra dinâmica. Elas buscam emprego, principalmente no comércio e em alguns casos, como doméstica/babá, mas têm mais dificuldade de se colocar no mercado. Esse fator se associa a um maior controle da família sobre as mulheres, principalmente “jovens”, que são “proibidas” ou sofrem muitas restrições quanto à circulação dentro e fora do assentamento. Ingressar nas Forças Armadas se confirmou como uma carreira almejada principalmente por “jovens” homens, mas também encontramos um caso entre as “jovens”. O alistamento militar obrigatório para os homens representa um processo de conquista de *liberdade*, mesmo sem sair da casa dos pais, que apareceu em expressões como *assumi minha vida e não era mais mandado*.

A inserção em ocupações remuneradas externas ao assentamento e no exército, representam, muitas vezes, um processo de afastamento de espaços de sociabilidade do assentamento. Já o trabalho com familiares dentro do assentamento pode representar a manutenção de vínculo mesmo após a saída da família nuclear. Mas a autonomia e “segurança” (salário e carteira assinada) do trabalho urbano aparece como uma razão a mais para o distanciamento e o desinteresse pelo trabalho no lote.

Dessa forma, percebe-se uma intensa circulação dos “jovens” em função do trabalho externo e da escola. Ao mesmo tempo as famílias criam estratégias – como reorganizar o trabalho familiar – para que os filhos possam estudar e trabalhar. Neste contexto, o trabalho urbano é valorizado pela renda “mais certa”, que contribui com a renda da família, vista como necessária devido às condições difíceis de retorno financeiro da produção no assentamento. Já o estudo é mais associado a imagens de mobilidade social.

³² Alguns assentados têm outras ocupações remuneradas concomitantes com o trabalho no lote. Essas ocupações são uma continuidade da atividade remunerada anteriores ao assentamento. Muitos assentados, mesmo os de origem rural trabalhavam em atividades ligadas à construção civil antes de entrarem no assentamento, são ladrilheiros, pedreiros, carpinteiros, pintores, eletricitas, etc..

Passado, presente, futuro: os desejos e a realidade

Se o “passado” de *luta*, de *conquista da terra*, e o “presente” da vida no lote são valorizados por alguns dos filhos, especialmente homens, embora nem por todos, os interesses “futuros” parecem, à primeira vista, contrariar esse desejo de permanecer no lote. Apesar de a grande maioria dos filhos que trabalham fora do lote estarem inseridos no setor de serviços, este não é o “sonho” e nem o que os mantêm ou os impulsiona para a escola. Para muitos o desejo é por carreiras “tradicionais”.

A abertura da primeira turma da 1ª série do Ensino Médio e um curso supletivo de 1ª a 8ª séries, no horário noturno, em uma escola municipal estadualizada em uma escola mais próxima ao assentamento trouxe uma resposta imediata. Lá encontrei “jovens” que já havia entrevistado, que são assentados, ex-assentados e integrantes do Grupo Jovem da Igreja Batista Boa Esperança (que fazem parte da rede de relações que vinha acompanhando). Observar, o que para quase todos, representou um retorno à escola permitiu desenhar uma forte imagem da realidade desses “jovens”. Os seus depoimentos demonstram que parar de estudar por causa da inserção no mundo do trabalho não é regra só para os “jovens” do assentamento, mas para muitos “jovens” da região. Nesse grupo, entre os assentados e ex-assentados, a média do tempo fora da escola foi alta (variando de 7 a 15 anos). Mas, mesmo entre os “jovens” que moram em Seropédica e nunca tiveram relação com o meio rural, o perfil é parecido com o dos assentados e ex-assentados. Novamente se observa que a necessidade de inserção no mundo do trabalho, em empregos que exigem pouca qualificação e geralmente com uma carga horária elevada, os leva a abandonarem a escola. Todos disseram que pararam de estudar para trabalhar. Perguntei por que voltaram à escola e o que pretendiam fazer no futuro. As respostas apontam “sonhos” fortemente referenciados na educação formal. Já entre os assentados, o desejo por carreiras na área de ciências agrárias, saúde, engenharia e mesmo Forças Armadas, é impulsionador da inserção na escola ou em cursos de formação complementar (especialmente informática).

Observando algumas das manifestações de possíveis carreiras, encontramos muita insistência em profissões das chamadas Ciências Agrárias, em alguns casos, vão ao encontro da sua relação com o lote ou mesmo desejo de manterem alguma relação direta com o trabalho na terra em Eldorado. Mas, mesmo entre aqueles que não têm interesse no

trabalho na roça e/ou em permanecer no lote, os cursos de Ciências Agrárias são muito desejados³³. Já em outras situações, os “sonhos” demarcam o desejo de ruptura com o trabalho no lote, principalmente entre as muitas “jovens”.

Mas a realidade é bem distante desses “sonhos”, e a tendência para esses “jovens” é uma inserção em condições precárias no mundo do trabalho, tanto para filhos de assentados, ex-assentados, morando ou não no assentamento, sejam homens ou mulheres. Um caso paradigmático e que demonstra o processo perverso da relação trabalho precário/educação formal vivida por estes “jovens” é o de Dênis. Exceção entre os entrevistados por ter sido o único a conseguir servir o Exército, não pode ingressar na carreira de oficial, como sonhava, por não ter cursado o Ensino Médio 2º grau.

“Dênis - Fiquei um ano em Santa Cruz (BE - Batalhão de Engenharia). Seis meses morando no quartel, sem vir em casa. Só vinha em casa de mês em mês e no fim de semana. [...] Na época a gente ganhava meio salário mínimo. [...] Aí eu falei ou eu vou conseguir o PQD (para-quadista) ou me mandam embora [...] depois de um ano de ralação eu fiquei PQD [...] aí depois de mais um ano eu fiz um Curso de Formação de Cabo. [...] Cinco anos e a promoção não vinha, aí eu me formei cabo. [...] O primeiro ano você ganha uma merreca, aí depois você passa a ganhar hoje em dia mais ou menos R\$800,00, razoavelmente bem. Aí eu comecei a ajudar mais os meus pais. [...] Um ano depois de eu casar eles me deram baixa. [...] Eu sempre quis seguir carreira [...] Se eu pudesse fazer o curso para sargento para ESA.... Eu não podia pois tinha que ter o 2º grau. [...] Eu até que tentei estudar, mas não dava. Porque, além de servir na vila militar e morar em Seropédica, todo dia eu tinha que estar em um lugar diferente, acampamento diferente, era impossível estudar [...].” (E13-Vicente e Dênis:18-20)

O fato de não ter cursado o Ensino Médio o impediu de seguir carreira no exército e contribuiu para a atual inserção em empregos cada vez menos estáveis, típicos do processo de terceirização da mão-de-obra ocupada no setor de serviços das últimas décadas³⁴.

“Dênis - Não, eu trabalhava por contrato (por tempo determinado) para a CEG [...] e eles não renovam, eles mandam tudo embora. [...] E eu fui um deles. Aí eu arrumei um outro serviço em outra firma. [...] eu dirigia, mas a minha carteira era como encanador. [...] Não reclamei porque era o mesmo salário. Aí também perdeu

³³ A presença da UFRuralRJ poderia explicar esse interesse, mas, como veremos não há a perspectiva de ingressar nessa ou em outra universidade.

³⁴ De acordo com os dados do IBGE, o setor de Serviço é o que mais cresce, nos últimos anos, no município de Seropédica, ver página IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, endereço: <http://www.ibge.gov.br/>

o contrato com oito meses, [...] eu fui mandado embora. [...] aí eu fiquei oito meses desempregado, só trabalhando de bico [...]. Agora, mês passado arrumei um emprego aqui em Seropédica, na empreiteira [...] Mas não vale nada também, porque é uma merreca. Eu ganho por dia, se for colocar... Acho que estou passando pela maior provação. As vezes pergunto a Deus o que é que eu fiz para merecer. [...] Agora estou trabalhando nesta firmazinha e correndo atrás e pedindo a Deus para arrumar alguma coisa melhor. Pelo menos R\$200,00 por mês.

E - Você ganha menos do que na época do Exército.

Dênis - Ih, muito menos. Quando eu ralo no fim de semana, para melhorar o salário, trabalho sábado, domingo e feriado para conseguir tirar R\$250,00. [...] Um mês que eu tô ralando. Fechou o mês e nem o dinheiro que eu tinha que receber eu recebi [...]. Recebi um vale de R\$50,00. [...] Você não pode ralar, ralar, ralar sem ganhar nada.” (E13-Vicente e Dênis:21-22;23).

Assim, Dênis é mais regra que exceção. A pressão do trabalho urbano precário pode explicar o fato de que entre os assentados em Eldorado que estão na faixa etária de 12 a 18 anos, apenas 4% não estudam; já entre 19-32 anos, quase 60% não estudam. Mas outro fator pesa na percepção sobre o “futuro”: a impossibilidade de cursarem o Ensino Superior. Ingressar em uma faculdade privada é considerado inviável para a renda dessas famílias, e a universidade pública é percebida como inatingível, isso porque é raro o “jovem” da região que consegue passar no vestibular de uma instituição pública. Apesar de, muitas vezes, tratarem a questão com um tom jocoso, há uma forte decepção na forma como se referem a impossibilidade de cursar a faculdade, principalmente a Rural. A impressão deles é reforçada pelo fato de apenas 1 informante entre 19 e 32 anos cursar ou ter completado o Ensino Superior, e somente 2 informantes acima de 41 anos disporem dessa formação.

A descrição dos “sonhos” dos filhos dos assentados, em alguns casos, parece apontar para um desejo de ruptura, no futuro, com o lote e com o assentamento. Já o seu trabalho externo pode promover uma ruptura de fato. Ainda assim alguns “jovens”, principalmente rapazes aproximam o “sonho” “de fora” com o desejo de permanecer no lote. No caso, esse tipo de formulação foi mais encontrada entre os que moram em Eldorado, que são prováveis sucessores, isto é, “jovens”/homens que atuam e/ou gerenciam o lote ou que pretendem assumi-lo no futuro. Já entre os que moram fora do lote, em sua maioria filhos de *meeiros*, o desejo é sair definitivamente da área.

Há, assim, uma grande distância entre o “futuro sonhado” e a realidade vivida. Esses “jovens” tendem a manter, buscar ou só conseguir a inserção em trabalhos externos ao lote que não demandem uma qualificação específica ou formal. Mas para além das

limitações impostas pelo contexto econômico e social em que vivem, esses muitos “sonhos” descortinam a complexidade do “perfil” dos “jovens”. A multiplicidade de interesses não caminha em uma única direção, ao contrário, ora se aproximam, ora se distanciam do “mundo rural”, apresentando diferentes formas de rupturas e continuidades. Trazem, mais no discurso do que na prática, construções diferentes sobre a relação entre mundo urbano e rural, ou mais precisamente, carreiras consideradas urbanas e os valores fruto da socialização nesse meio rural. Não se observa a ênfase no tensionamento “ficar e sair”. A vivência pela circulação e socialização em espaços considerados urbanos e rurais aparecem como o somatório de possibilidades e “sonhos” no campo do desejo, ainda que a realidade possa construir outros caminhos. Observou-se a relação do “jovem” com a “terra”, onde a paradoxo “ficar e sair”, é mais complexo do que muitas vezes apontada em pesquisas sobre *juventude rural* (DESER:1999), isto é, como uma simples atração pelo mundo urbano e desinteresse pelo trabalho rural. Por outro lado, os interesses, inserções e atitudes em relação ao lote confirmam tendências percebidas em outros estudos sobre as relações com a herança e a sucessão do lote, que diferenciam “jovens” homens e mulheres³⁵.

Autoridade Paterna

Entrecruzadas pelo paradoxo “ficar e sair”, mas principalmente pelo “peso” da autoridade paterna, as percepções sobre o “jovem” estão marcadas pela construção de que esse “jovem” deve ser vigiado e controlado. O peso da autoridade paterna no espaço doméstico é reproduzido nas relações de trabalho familiar e na organização do lote e está presente nas famílias. Essa autoridade cria mecanismos de vigilância e controle sobre os “jovens”, principalmente mulheres que se estendem para o assentamento e para os espaços que freqüentam.

“Sair de casa” pode significar uma ruptura com a posição de dependência econômica e subordinação à família. Esse processo tende a ocorrer em etapas. Um primeiro momento é freqüentar a escola, que gera uma circulação “permitida”, o contato com novas redes de sociabilidade e amplia o debate sobre o “futuro”. Mas essa “saída” não altera construções familiares quanto à necessidade de controle desse “jovem”, ao contrário, ir à

³⁵ Ver nota 30.

escola traz novas preocupações para os pais em relação aos filhos que passam a ficar fora do alcance dos seus olhos e das redes que permitem a vigilância continuada. Já o emprego externo, apesar de ter características similares à ida à escola quanto ao deslocamento, pode transformar parcialmente as relações internas à família e a percepção sobre esse “jovem”. A diminuição da dependência econômica da família, e a sua contribuição para a composição da renda doméstica podem ser razões dessa percepção diferenciada, que, em alguns casos, resulta em maior autonomia de circulação para filhos, mesmo mulheres, isto é, de forma menos controlada. Mas esses dois processos não representam necessariamente a saída de casa, que pode vir ocorrer de forma definitiva em função do casamento e do exército.

A “proibição” do namoro e formas mais ou menos brandas de interdição de possíveis namorados, apareceu como uma marca de continuidade entre as gerações da região³⁶, embora com características diferentes. Alguns fatores foram citados como elementos de interdição, como o fato de um possível namorado e futuro marido ser separado (divorciado, disquitado), ser muito mais velho, ou uma namorada ser muito mais nova, o que teria gerado a “proibição” do namoro³⁷. Mas o controle sobre as filhas aparece como um elemento para além dessas interdições estendendo-se também ao namoro de uma forma geral. As formas de negociação, como tentar convencer o pai a aceitar o pretendente, ou, ainda, de transgressão, como o *namoro escondido* e a gravidez na condição de “jovem solteira”, podem significar um processo de busca de autonomia frente à autoridade paterna.

Essa imagem do “jovem” precisando de controle e constante vigilância, recorrente em todas as áreas/contextos estudados, aproxima as percepções sobre os que são identificados como *jovens*. As relações familiares e demais redes sociais permitem um maior controle, especificamente nos espaços internos ao assentamento e nas outras áreas analisadas. Embora os filhos sejam citados como muito responsáveis, principalmente quando o tema é trabalho e estudo, existem inúmeros mecanismos de controle e forte associação dos que são percebidos como *jovens* no assentamento com a imagem de “pouco confiáveis”. Dessa maneira, reforça-se a imagem de jovem trabalhador e estudioso no

³⁶ O conceito de geração é utilizado, no sentido atribuído por Mannhein (op.cit.), por se observar uma construção nativa que trabalha a convivência de “gerações” ou a comparação entre “gerações”.

³⁷ Outras razões de interdição foram coletadas, como diferenças sociais, situação de emprego do pretendente e mesmo conotações quanto à cor da pele. Não foi possível, nos marcos deste trabalho, aprofundar essas outras questões.

discurso, mas, na prática, não há confiança para que ele possa circular autonomamente, ou *livre*. Embora a violência seja um elemento concreto e reconhecido por todos, o controle dos pais vai muito além da preocupação com a exposição à violência urbana. Isto não é apenas característica de um período, uma idade específica. O controle é exercido enquanto o “jovem” estiver vivendo com os pais, principalmente no caso das filhas, o que reforça a “saída” de casa e do assentamento como forma de alcançar autonomia.

Assim, “ficar” ou “sair” do assentamento e das outras áreas rurais, diz respeito também a “ficar” ou “sair” da casa dos pais e do alcance da autoridade paterna. O forte controle sofrido pelas “jovens”, principalmente, como característica do exercício da autoridade paterna é um elemento importante na relação das filhas com o lote em Eldorado. A “saída”, geralmente em função do casamento, pode representar a busca de autonomia, mas não necessariamente a ruptura com as redes familiares, de vizinhança e de amizade consolidadas no assentamento. A “saída” muitas vezes é para um centro urbano próximo, mantendo uma rotina de visitas ao lote. Apesar de a maioria das “jovens” não se interessarem ou atuarem no lote, continuam a valorizar enfaticamente a *conquista da terra*. A autoridade paterna se estende para os espaços organizativos do assentamento principalmente na APPME traduzidos na correlação pais/adultos em oposição filhos/jovens. Diversos entrevistados “jovens” ressaltaram a falta de espaço para participarem na associação, caracterizada em falas como *não ouvem os jovens*.

Conclusão

O esforço empreendido ao longo na tese foi o de analisar a categoria “jovem rural” no sentido da sua construção como categoria de pensamento, a partir de uma leitura de disputa de percepções sobre as relações pais/filhos e jovens/adultos. Mas essa construção também implica em visões sobre o mundo rural e urbano em que “jovens” e “adultos” estão imersos. As percepções sobre o que é *ser jovem*, neste universo rural investigado, estão fortemente marcadas pelas relações familiares. O trabalho etnográfico desvelou que a construção da categoria a partir dessas relações atravessa as portas da casa e ganha a rua.

Considerando as especificidades dos assentamentos rurais, assim como da produção familiar, há preocupações dos pais, dos *apoios*, e mesmo do poder público, quanto à reprodução das relações de produção familiar no processo de saída dos filhos de casa. Essas

preocupações estão diretamente relacionadas às difíceis condições de vida nos assentamentos, mas, devemos olhar também, para os outros significados da saída dos “jovens”. Talvez se trate como excepcional a saída dos jovens do meio rural, sem considerar a possibilidade deles estarem “simplesmente” saindo da casa dos pais e construindo sua autonomia em relação à família. O problema pode estar menos nesse processo e mais nas dificuldades ou quase impossibilidade dos “jovens” solteiros, e mesmo casados, se estabelecerem no mesmo assentamento ou em outro próximo, na medida em que não há mecanismos de expansão do núcleo familiar. Para se permanecer no mesmo assentamento seria necessário pagar as benfeitorias para algum assentado que quisesse repassar o lote, capital que nenhum dos entrevistados mostrou ter disponível. Ainda assim, essa “solução” dependeria de razões adversas, na maioria das vezes, não desejadas pelos próprios assentados – a saída de uma família do assentamento. É importante frisar que nenhum “jovem” apresentou, se quer em seu discurso, a intenção de se estabelecer no assentamento em que vivia através desse mecanismo.

Apesar de se perceber a posição que os “jovens” ocupam neste espaço, o próprio dilema “ficar e sair” nos remete à análise de “jovem rural” como uma categoria social pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo. Em Eldorado, as percepções sobre o “jovem” como categoria social na reprodução da produção familiar e do assentamento estão no cerne do paradoxo “ficar e sair”. Tanto “jovens” como adultos acionam em seus discursos elementos que questionam viver no meio rural e que associam percepções que desqualificam “ser rural” – no sentido desenvolvido por Bourdieu (1977), através do conceito “classe objet”. Mas a categoria “jovem” aparece representada no risco da descontinuidade das relações familiares estabelecidas com a terra, caracterizada na imagem de desinteresse do *jovem pela roça*. As áreas observadas trouxeram para o debate as múltiplas formas e possibilidades de tratar a relação com a terra, onde se percebe que os diferentes processos de socialização influem na reprodução social das “heranças”. O valor simbólico da perspectiva de um filho(a) vir a ser responsável e futuro proprietário (a) do lote e dar continuidade à produção familiar no lote e no assentamento neste contexto, é interpenetrado por outros desejos, expressos nos discursos ambíguos dos pais, marcados pela possibilidade destes virem a ter um futuro menos “penoso”.

A coleta de diferentes “queixas” quanto ao desinteresse dos “jovens” pela terra entre filhos de *meeiros* e e filhos de acampados foi reveladora. Observamos os significados dessas leituras sobre o *jovem* e de como os próprios “jovens” se percebem no processo. No caso dos “jovens” que não moram dentro do assentamento, em sua maioria da rede dos *meeiros*, parece haver um distanciamento na relação com a terra, como patrimônio produtivo, e à própria “identidade rural”. Já entre alguns “jovens” da rede dos acampados e mesmo outros que moram em Eldorado, se o patrimônio material, em si, não é ressaltado em suas narrativas, a relação com a terra como *conquista* e como um espaço produtivo (ainda que de difícil retorno financeiro) aparece com ênfase nos discursos. A identificação com um mundo rural é associada ao conhecimento da produção rural e é reforçada no discurso e na prática de filhos, principalmente homens – ou até mesmo de filhas que já saíram do assentamento – oriundos de áreas urbanas e que se diferenciam de pessoas que vivem na cidade pelo conhecimento adquirido na *roça*.

Temos assim o que poderia parecer, inicialmente, um paradoxo para a “tradição camponesa”: o fato de filhos de trabalhadores rurais, criados na *roça*, demonstrarem desinteresse pela terra e buscarem distanciamento da identidade rural; e filhos de origem urbana, apresentarem identificação com valores rurais, mesmo que com ressalvas e conflitos. Um caminho para compreender essa diferença foi observar como os relatos dos “jovens” estavam informados pelos seus distintos processos de socialização. Entre os filhos dos *meeiros* aparece a percepção do “tempo” vivido em uma área rural desvalorizada socialmente nos espaços urbanos que freqüentam, tanto nas referências estigmatizadoras sobre a sua população, quanto pela “exclusão” ao acesso a serviços públicos e mesmo privados. Já na rede dos acampados prevaleceu a narrativa do processo do *movimento de luta pela terra*, de ocupação do lote e as novas redes de sociabilidade formadas nesse espaço.

A experiência no acampamento que formou o Mutirão Eldorado e as dificuldades enfrentadas exigiram práticas que muitas vezes eram novas para os que participaram. Este foi, sem dúvida, um momento privilegiado de socialização para os “jovens” e as crianças, onde as relações de controle e a organização do trabalho familiar, embora presentes, parecem ter se afrouxado. As lembranças dos “jovens” sobre essa época ressaltaram a construção de redes de amizade, experiências de intenso sofrimento, mas também,

processos de aprendizado e a descoberta de um mundo rural prazeroso. Essas percepções são marcadas pelo relato de ações e situações coletivas em que *brincavam, trabalhavam*, participavam de reuniões e encontros, *juntos*. Nessas narrativas a categoria *jovem* aparece como uma identificação coletiva que unifica a ação, podendo ser lida, nesse contexto, como “categoria social em construção”, ainda que não tenha se materializado em um grupo formal. No entanto, a formação do assentamento e a organização das formas coletivas de representação excluíram os “jovens” das práticas de organização desse novo espaço, tratando o *jovem* como uma categoria social sobre a qual se deveria atuar. Essa construção reforça as imagens em disputa. Ou seja, *não ouvirem os jovens* estaria calcado na percepção de pouca seriedade dos filhos por serem *jovens*.

Somado a esse processo, o material etnográfico expõe as limitações e impedimentos da realidade enfrentada no campo pelas famílias e mesmo na cidade, pelos “jovens”, tanto para dar continuidade ao sonho da *terra*, quanto para buscar concretizar outros desejos, e ainda para possíveis conciliações dessas esferas. Os conflitos entre os sonhos e a realidade vividos por esses “jovens” e o paradoxo “ficar e sair” do discurso dos pais são expressões de processos de mudanças que operam tanto no sentido amplo – nas relações econômicas e sociais que envolvem o mundo agrário brasileiro, e naquela região específica – quanto em uma maior atuação do indivíduo, principalmente dos chamados “jovens”, nas relações em família, na comunidade e nos universos rurais e urbanos. No entanto, essa percepção não deve ser lida como um processo de “individualização inerente à modernização” – como em Beck, 1992 (apud Jentch e Bunett, 2000). Ao contrário, as mudanças apontadas tanto no discurso, quanto nas práticas que envolvem pais e filhos, “jovens” e “velhos”, em Eldorado e nas demais áreas estudadas, estão ancoradas em antigas e novas redes sociais. E as “escolhas” que procuram equacionar os desejos e as inserções no mundo real, não estão apartadas desse “tempo social”, dos processos históricos que convergiram para a atual situação vivida por esses “jovens”. Neste sentido, a própria categoria “jovem” é construída e acionada, nessa e a partir dessa realidade, que muda constantemente, mas que mantém laços de continuidade, expressas, por exemplo, nas relações familiares e nas atitudes com a terra. Como primeiro corte, vimos que a diferença entre homens e mulheres nas relações familiares gera a “exclusão” das “jovens” do processo de sucessão.

A construção da categoria “jovem” no espaço da família aparece no limiar dessas rupturas, mudanças e continuidades. As relações familiares no assentamento e nas demais áreas geraram uma forte rede de sociabilidade que os “jovens” vivenciam e reproduzem cotidianamente, mas que tendem a ultrapassar a partir da circulação externa. A valorização da escola e do trabalho externo, dentro de um contexto de difíceis condições econômicas, aliada às diferentes trajetórias familiares de acesso e manutenção da terra, gerou diferentes percepções e relações com a terra. Ao acionarem o termo *juventude* ou *jovem* em um sentido genérico, mas não necessariamente coletivo, os informantes (pais, filhos, avós, netos, sobrinhos, etc.) associam-no a mudanças, rupturas, e ao risco quanto à continuidade de expectativas coletivas, seja da comunidade, em um sentido mais amplo, seja da produção familiar. Ao reordenarem os discursos quando falam especificamente de um “jovem”, filho, filha, neto (a), sobrinho (a), ou de si mesmos, as transformações nas relações sociais aparecem de forma mais consolidada e em alguns casos, menos conflitantes. O desejo da família de que esse “jovem” tenha uma inserção diferenciada reforça um olhar que absorveu a possibilidade de outras formas de atuação desse indivíduo.

No entanto, as percepções sobre essas formas de atuação diferem. Para as gerações mais velhas, significa um *futuro melhor*, mas uma provável ruptura com o seu modo de vida, com a reprodução da produção familiar e principalmente do lote/*sítio* como patrimônio familiar e produtivo. Já para os “jovens”, principalmente para uma parcela dos rapazes, significa a possibilidade de múltiplas inserções, a conjugação do desejo de manter o lote, e uma inserção na vida profissional, que pode significar um outro interesse ou simplesmente uma forma de garantir uma renda estável.

A relação lote/trabalho externo atual, em oposição ao passado, carrega uma mudança de papel. Para as gerações anteriores tratava-se de uma estratégia de manutenção e reprodução da terra. Para a geração mais nova – e mesmo de acordo com o discurso dos informantes das gerações mais antigas sobre a realidade atual – esta relação tende a ser percebida como uma estratégia mais individual, onde a renda do trabalho externo pode ou não se integrar ao lote. Há uma certa naturalização da importância dessa renda para o sustento das necessidades da família (o que apareceu em quase todas as entrevistas de filhos que trabalham fora). Mas quanto ao investimento na produção este fica a critério dos próprios filhos. Não há uma cobrança explícita por parte dos pais nesse sentido. Em alguns

casos, já se configura a construção de um patrimônio individual de filhos no lote da família (gado, cavalos e outros animais), nesses casos o patrimônio não é percebido como da família e sim do filho que o adquiriu.

Assim, a idéia da sucessão, com base no interesse e na aptidão, que paira sobre alguns rapazes e é reproduzido pelos mesmos, traz em seu bojo outra questão: a articulação da sucessão no lote com suas outras inserções e interesses. Essa “tensão” aparece tanto nos discursos dos pais, quanto nos dos filhos, sobrinhos, netos, por um lado, como preocupação de construção de alternativas melhores para o futuro frente à difícil realidade da produção familiar rural. Por outro, como “problema”: o fim do projeto de *luta pela terra*, que teria no “jovem” o principal protagonista para a sua continuidade. No entanto, há uma diferença clara na construção dessas preocupações. Para os pais essa articulação entre o lote e outros interesses foi caracterizada mais como uma escolha entre duas opções incompatíveis. Mesmo apontando um possível sucessor, percebe-se uma leitura que configura uma ruptura da geração mais nova com as anteriores quanto ao projeto que valoriza a terra como conquista e meio de vida. Já alguns filhos (embora também reproduzam a percepção do desinteresse dos *jovens*), constroem no discurso, e procuram equacionar na prática, o processo de articulação entre a atividade externa (escola, trabalho) e o seu interesse pela terra

Neste sentido, permanecer no campo, diminuindo o chamado “êxodo rural” dos jovens, ou mesmo sua inversão no caso dos filhos de assentados oriundos de áreas urbanas, está menos calcado na construção da agricultura como alternativa profissional (como na definição de Mendras, 1984) e mais no peso simbólico da conquista da terra e dos valores engendrados nos processos vividos por esses “jovens”. A articulação entre os múltiplos interesses, não representa, necessariamente, um processo de formação de uma identidade de produtor rural como profissão. Se em médias e grandes propriedades, a tecnificação e um gerenciamento cada vez mais profissionalizado, podem liberar a necessidade da mão-de-obra familiar para a sua reprodução e, dessa maneira, permitir uma escolha da agropecuária como profissão – a de produtor rural, em um sentido de “administrador” (Mendras, 1984) e mesmo integrada a outros interesses profissionais – esse não é o caso da produção familiar estudada. A precariedade das condições de vida e da produção contribuem para uma inserção precoce dos “jovens” em atividades externas, rurais ou urbanas, com altas jornadas

de trabalho e baixa remuneração, vindo a concorrer com um possível interesse em atuar no lote. Embora o sonho de cursar uma faculdade ou curso técnico em ciências agrárias seja forte – o que poderia apontar para a construção de carreiras profissionais que integrariam o lote a uma profissão – mais uma vez, as difíceis condições econômicas e o próprio sistema educacional mantêm essa possibilidade no plano dos desejos. E, os “jovens”, constroem, dessa maneira, a relação com a escolaridade (principalmente a conclusão do Ensino Médio) como um caminho para uma perspectiva profissional menos penosa do que o trabalho precário em que estão inseridos.

A integração com o lote aparece como uma relação à parte, principalmente no que diz respeito à escola. Mesmo nos casos/exceção quando o “jovem” assentado tem uma qualificação no campo das Ciências Agrárias, isso não gerou a formação de um “produtor profissional” e/ou um “técnico assentado”. Esse foi o caso de um ex-assentado, classificado por diversos informantes como um dos poucos *jovens solteiros* à época da ocupação e o único que era formado em técnico agrícola. Após os primeiros anos no assentamento – onde participou intensamente da organização interna e elaboração de projetos de produção para a APPME – ele realizou um concurso para o Incra e foi aprovado. Devido à interdição de se manter no cargo e a posse do lote, optou pelo emprego, passou o lote para sua mãe, e saiu definitivamente do assentamento e do meio rural. Essa situação reforça a análise de que a transformação dessa realidade não está nos marcos somente da ação individual, pois é fruto das relações de desigualdade no campo brasileiro e na história recente da região.

O acesso à escola – facilitado por uma nova valorização dos estudos, pelos pais e filhos que representou uma mudança gradual ao longo de gerações – que poderia contribuir para uma transformação das condições de vida local, cria percepções, por parte dos pais, contrários a permanência desses “jovens” no lote. A ruptura das mulheres da última geração, no que concerne ao interesse pela terra pode expressar uma tendência à desvalorização do trabalho das mulheres no lote, mas parece estar também relacionada à autonomia frente à autoridade paterna. Contudo, as escolhas de “sair” ou “ficar”, ou de criar formas de integrar diferentes inserções (no lote e fora dele) sem dúvida estão relacionadas ao crescimento da autonomia dos filhos no interior da família, se comparado à situação relatada pelas gerações mais antigas.

A “cobrança” da permanência e continuidade dos “jovens” no campo como valorização e possível reversão do quadro de esvaziamento do meio rural – recorrente em algumas pesquisas recentes sobre o tema, e no âmbito das políticas públicas – deve problematizar esse olhar que percebe no “jovem” o ator heróico da transformação social. Foi possível observar como as relações da conquista e permanência na terra estão intrinsecamente ligadas às condições de sua reprodução como unidade familiar, e mais amplamente na própria reprodução da produção familiar. Esta inversão está presente na aparente contradição do discurso dos pais que defendem a “saída” dos filhos em busca de uma vida melhor, mas que, no entanto, lamentam a saída dos *jovens*. Ela se aproxima das “queixas” dos “jovens” por melhores condições de vida e da própria produção agropecuária. Essas “queixas” são centrais para a percepção de que a mudança dessa realidade demanda ações coletivas e políticas públicas de longo alcance que gerem transformações mais profundas na realidade brasileira.

Por outro, a análise dos diferentes contextos etnográficos mostrou que “ser jovem” em acampamentos e assentamentos rurais está marcado por tensões entre o “sonho” e a *luta* pela e a autoridade paterna. Pensar a inserção desse “jovem” no meio rural hoje, implica enfrentar o esforço de analisar as construções nativas da categoria e suas disputas, e as próprias lógicas hierárquicas reproduzidas nessas realidades, onde *jovem* ocupa um papel privilegiado nos discursos mas não nas práticas. Assim, o processo etnográfico demonstrou ser “jovem” uma categoria analítica que contribui para se pensar a disputa de conteúdos travada na construção de uma categoria social e de pensamento. Neste sentido, permite percebermos processos que reforçam relações sociais marcadas pela hierarquia e autoridade, que envolvem a posição de pai/adulto/chefe de família e “responsável” pela terra em oposição a filho/jovem/solteiro. E traz para o debate sobre o tema *juventude*, os processos de disputa de uma categoria de pensamento como parte constitutiva da configuração de uma categoria social, marcada pelo pouco acesso aos espaços de decisão na família e nas esferas organizativas do assentamento. Retomando o debate travado no início do artigo, podemos afirmar que “jovem” como categoria de pensamento carrega o “peso” da transitoriedade e, portanto, é tratado como categoria social sobre a qual se deve atuar e não percebida através das suas formas de se configurar como ator social. O contato com esses “jovens” permitiu um mergulho nas disputas, tensões e conflitos que marcam

“ser jovem” nestes “novos” e “antigos” contextos rurais e que, espera-se, possa contribuir para se dialogar com outras realidades e experiências.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo *et alli*. *Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1998.
- ARENSBERG, C.M. & KIMBALL, S.T. *Family and Community in Ireland*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1968.
- BECERRA, Cristián. *Consideraciones sobre la Juventud Rural de América Latina y el Caribe*. S/D, in website: <http://www.iica.org.uy/redlat/>
- BERNSTEIN, Thomas. *Up to the Mountain and Down to the Villages – the transfer of youth from urban to rural China*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. “Une classe objet.” In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.17-18, p.2-5, nov. 1977.
- _____. “Ce que parler veut dire – “L’économie dès échanges leinguistiques.” 1982
- _____. “A Juventude é apenas uma palavra” in *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: arco Zero Limitada, 1983.
- CARNEIRO, Maria José. “O ideal rurubano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais”, in *Texeira, F.C.; Santos, R.; Costa, L.F. (orgs.) Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares*. RJ: Campos, 1998.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre o Rural e o Urbano: dimensões culturais dos assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado PPGS/IFCS/UFRJ, dez,1995.
- _____. “Assentamentos entre o rural e o Urbano”, in Carneiro, M.J. (orgs.) *Campo Aberto – o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- _____. “A Escolarização nos Assentamentos Rurais: uma caracterização comparativa”, in *Estudos Agricultura e Sociedade*, no. 12, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999.
- CASTRO, M. G. (Coord., et alii). *Cultivando vida desarmando violências*. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.
- CHAMPAGNE, Patrick. “Jeunes Agriculteurs et veux paysans: crise de la succession et apparition du “troisieme âge”, in *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*. Paris: Editions Minuit, n. 26,27 – mars – avril, 1979, pp. 83-107.
- COULON, A. *A Escola de Chicago*. Campinas: Papyrus, 1995.
- DESER/ Comissão de Jovens do Fórum Sul dos Rurais da CUT. *Perspectivas de Vida e Trabalho da Juventude Rural na Região Sul*. Convênio: CERIS/Fórum Sul dos Rurais da CUT/DESER, mimeo, 1999.
- DURSTON *Juventud Rural Y desarrollo em América Latina: estereótipos e realidade*. Apresentado no Encuentro sobre Juventud Rural de INDAP IV Región, La Serena, Chile, 18 de dezembro de 1998. In website: <http://www.iica.org.uy/redlat/>
- FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*. São Paulo: Global, 1987.
- FLITNER, A. “Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude”, in *BRITTO, S. (org.), Sociologia da Juventude, I – da Europa de Marx à América Latina de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

- FORACCHI, M. M. *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: EDUSP, 1972.
- GUANZIROLI, C.E. “Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária”, in *Assentamentos Rurais produção, emprego e renda - O Relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- JENTSCH, B. & BURNETT, J. *Experiences of rural youth in the “risk society”: the transition from education to employment*. Rio de Janeiro: X Congresso Mundial de Sociologia Rural, mimeo, 2000.
- LEITE, S. et al., *Os Impactos Regionais da Reforma Agrária: Um estudo a partir de áreas selecionadas*. São Paulo:UNESP, 2004. (Estudos NEAD, n.6).
- LEVI, G. e SCHMITT, J. “Introdução”, in *História da Juventude*. SP: Companhia das Letras,1996,(v. I).
- MAJEROVÁ, V. *Future of youth in Czech countryside*. Rio de Janeiro: X Congresso Mundial de Sociologia Rural, mimeo, 2000.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia*. Coleção Os Grandes Cientistas Sociais (organizadora Foracchi, M.M.). São Paulo: Ática,1982.
- MARGULIS, M. “La Juventude es más que una plabra”, in *MARGULIS,M. (org.), “La Juventude es más que una plabra”*. Buenos Aires: Biblos, 1996.
- MEDEIROS, Leonildes. et al (orgs.). *Assentamentos Rurais uma visão Multidisciplinar*. São Paulo: UNESP editora,1994.
- MITCHELL, J. Clyde. “Theoretical Orientations in African Urban Studies”, in BANTON, Michael (ed.), *A.S.A. Monographs – vol. 4 The Social Anthropology of Complex Society*. Londres: Tavistock Publications, 1966.
- NOVAES, Regina R. “Juventude/ juventudes?”, in *Comunicações ISER*, n.50, ano 17. RJ: ISER, 1998.
- _____. *Caminhos cruzados: juventude, conflito e solidariedade*. RJ: ISER, 1996.
- PALMEIRA, M. e LEITE, S. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas”, in *COSTA, L.F.C. e SANTOS, R. (orgs.) Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro:Mauad, 1998.
- PERALVA, Angelina e SPOSITO, M. (org.) *Juventude e Contemporaneidade – Revista Brasileira de Educação*, n.5/6, São Paulo: ANPED, 1997.
- STOETZEL, J. “Os jovens na sociedade japonesa : uma identificação demográfica”, in *BRITTO, S. (org.), Sociologia da Juventude, I – da Europa de Marx à América Latina de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- STROPASOLAS, Valmir L. *O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens*. Tese de Doutorado, Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC, 2002.
- THEVENOT, L. “Une Jeunesse difficile. Les fonctions sociales du flou et de la rigueur dans les classements”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. N. 26-27, março-abril. pp. 3-18, 1979.
- TORRENS, João. *Representação do rural e do urbano na juventude rural no Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: X Congresso Mundial de Sociologia Rural, mimeo, 2000.
- WASELFISZ *Mapa da Violência II : os jovens do Brasil*. Brasília: UNESCO, 2000.
- WASELFISZ, J. *Mapa da Violência : os jovens do Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- WEISHEIMER, Nilson. *Estudos sobre os Jovens Rurais do Brasil: mapeando o debate acadêmico*. Nead/MDA,2004. (mimeo)
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a cidade – na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras:1990.

WULFF, Helena. "Introduction: introducing youth culture in its own right: the state of the art and new possibilities." In AMIT-TALAI, V. e WULFF, H. (orgs.) *Youth Cultures – a cross-cultural perspective*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1995.